



INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
CURSO DE PEDAGOGIA - CE

Mary Ângela Sales do Nascimento Maciel

**A INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS AUTISTAS:
VIVÊNCIAS E RELATOS NA SALA DE AULA.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Orientador: Prof. Dr. Salvio Fernandes de Melo

REDENÇÃO

2023

INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
CURSO DE PEDAGOGIA - CE

Mary Ângela Sales do Nascimento Maciel

**A INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS AUTISTAS:
VIVÊNCIAS E RELATOS NA SALA DE AULA.**

Banca Examinadora

Orientador - Prof. Dr. Salvio Fernandes de Melo

Avaliador I - Prof. Dr. Leandro Proença

Avaliadora II - Profa. Dra. Rosangela Ribeiro da Silva

Data: 06/07/2023

REDENÇÃO

2023

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sustentar-me quando o desânimo abateu sobre mim.

Ao meu filho, familiares e amigos que apoiaram minhas escolhas.

Ao meu esposo que esteve na retaguarda nos momentos mais difíceis de sofrimento e tristeza.

Sem vocês não teria sido possível.

Os homens não têm mais tempo de conhecer nada. Compram coisas feitas nas lojas. Mas como não existem lojas de amigos, os homens não têm mais amigos. [...]

Eis o meu segredo. É muito simples não se vê bem a não ser com o coração. O essencial é invisível aos olhos.

(Saint-Exupéry)

A INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS AUTISTAS: VIVÊNCIAS E RELATOS NA SALA DE AULA.

RESUMO

Ao longo dos anos, mais escolas/instituições passaram a destinar suas vagas também a pessoas diagnosticadas com autismo. No entanto, nem todas essas instituições estão preparadas para lidar com o processo de inclusão de alunos que vivem com o transtorno. No geral, o maior desafio tem relação com as dificuldades que os profissionais da educação têm para lidar com as pessoas que vivem com TEA. Nesse contexto, em um ambiente inadequado e não preparado, a tentativa de inclusão destas pessoas é falha, resultando em depressão, ansiedade, fobias e dificuldades nos relacionamentos. Assim, é preciso que as instituições estejam realmente preparadas, por meio de serviços e treinamento adequado por parte dos professores/as e cuidadoras para receber estes alunos. Além disso, é fundamental conscientizar os pais e demais alunos para que possam entender e conviver com as limitações enfrentadas pelos colegas autistas. Esse artigo (relato de experiência) busca compreender o contexto de educação inclusiva e especial por intermédio de crianças diagnosticadas com TEA, buscando recursos pedagógicos para a inclusão destas crianças nas aulas com objetivo de desenvolver habilidades, potencialidades e superar dificuldades.

Palavras chaves: Educação especial, educação infantil, TEA, PcDs, Vivências.

ABSTRACT

Over the years, more schools/institutions began to allocate their vacancies to people diagnosed with autism. However, not all of these institutions are prepared to deal with the process of inclusion of students living with the disorder. In general, the biggest challenge is related to the difficulties that education professionals have in dealing with people living with ASD. In this context, in an inadequate and unprepared environment, the attempt to include these people fails, resulting in depression, anxiety, phobias and difficulties in relationships. Thus, institutions need to be really prepared, through services and adequate training on the part of teachers and caregivers to receive these students. In addition, it is essential to make parents and other students aware so that they can understand and live with the limitations faced by autistic colleagues. This article seeks to understand the context of inclusive and special education through children diagnosed with ASD, seeking pedagogical resources for including these children in classes with the aim of developing skills, potential and overcoming difficulties.

Keywords: special education; child education; autism spectrum disorder; people with disabilities; experiences;

1. APRESENTANDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Quando pensamos em educação inclusiva, logo nos remetemos a educação especial, mas pouco se sabe sobre as diferenças e aproximações entre ambas. A educação inclusiva tem o intuito de garantir o direito e todos poderem usufruir daquele espaço independente de raça, religião, gênero, cor, classe social. Segundo a especialista em educação Patrícia Ferreira (2020), é uma educação pensada para todos. Já a educação especial consiste na análise de barreiras que dificultam o acesso ao currículo das pessoas com algum tipo de deficiência. Basicamente, a educação inclusiva tem o foco de incluir pessoas com deficiência visual, auditiva, física, intelectual, múltiplas, transtornos globais do desenvolvimento e superdotadas.

Ao citar a inclusão devemos elaborar propostas inclusivas para a sociedade, como, por exemplo, um deficiente visual não é acessível a ele a leitura de outdoor, mesmo que ele na escola tenha aprendido o braile, mas naquele momento a inclusão não acontece. Outro exemplo um deficiente físico que usa a cadeira de rodas, ao chegar a algum espaço que não tenha a rampa não estará acessível a ele o interior do estabelecimento, ou seja, a inclusão não aconteceu. Um surdo ao adentrar um transporte coletivo em que o cobrador, ou motorista, não tenha noção de libras, não conseguirá decifrar o destino final do passageiro. Neste caso não acontece a inclusão, pois as empresas não tiveram a preocupação de treinar ou ensinar os seus funcionários a linguagem básica de libras (Alfabeto).

As escolas para serem consideradas inclusivas devem oferecer acessibilidade aos alunos com deficiência, a partir de estruturas como rampas ao longo do percurso da escola; banheiros adequados aos deficientes físicos; o piso tátil direcional para os deficientes visuais; a formação de professores para lecionar o braile e a linguagem brasileira de sinais; escolas com andares superiores devem ter elevadores para facilitar a locomoção e ter bibliotecas; brinquedoteca ou afins para incluir e ter livre acesso dos públicos mencionados.

(...) acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas (...). Deveria incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajoso ou marginalizados (BRASIL, 1994, p.6).

A escola é um espelho da comunidade, o que se aprende na escola é levado para casa, assim de modo do que se é ensinado em casa se vai a escola, ou seja, a escola e a sociedade uma reflete a outra. Segundo Lola Nicolás (2023) A escola é espelho do que ocorre fora de seus muros. Na escola, a sociedade reflete sua melhor e sua pior essência humana. Quando aplicamos o ensino inclusivo se vê o lado positivo nas ações escolares e sociais. Vale lembrar que ao falar de educação inclusiva não nos dirigimos apenas as crianças, mas sim a toda composição social sendo adolescente, jovens, adultos e idosos.

A educação especial tem como objetivo assegurar um currículo onde todos estejam acessíveis ao conteúdo exposto, fazendo um parêntese ao ministério da educação (MEC) vemos:

A Modalidade da educação escolar; é um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns (...) em todas as etapas e modalidades da educação. (BRASIL, 2001, p.39).

Observamos que principal diferença entre educação especial e educação inclusiva é que enquanto o público-alvo da primeira é limitado, voltado para pessoas com deficiência, a segunda abordagem reconhece que todos são diferentes dentro do ambiente escolar ou social. Por este motivo, pessoas com ou sem deficiência aprendem juntos.

A escola especial segue a linha de que os alunos com deficiência devem participar do processo de ensino-aprendizagem separado dos demais estudantes, seja em instituições diferentes ou em turmas distintas. Entretanto, a educação inclusiva visa estimular e desenvolver a autonomia desses alunos em meio às turmas com alunos diversos. (AZ, 2022, p.15).

Segundo a Lei de diretrizes e bases da educação (LDB), Lei n° 9394/96 alterada para a Lei n° 9394/ 20 no Art. 58. Entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Sugerindo que, sempre que for necessário o acompanhamento ao portador da necessidade deve ser realizado através de um atendimento específico e garantido em lei.

Segundo o Plano Nacional da Educação, consiste que a educação inclusiva e a educação especial é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) até 2024, com foco propor a universalização. Para atingir a meta o PNE estar trabalhando e avançando em seus objetivos específicos graças a Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização,

Diversidade e Inclusão (Secadi). Sendo esta responsável pelos serviços oferecidos aos estudantes, tais como apoio pedagógico, salas multifuncionais, salas de recursos e toda a parte de formação de docentes e professores para atuarem no segmento inclusivo e especial.

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) expõe a seguinte habilidade nas competências flexibilizadas para a educação especial:

- 1- Explorar diferentes materiais, trabalhar com a motricidade fina e ampla (habilidades motoras).
- 2- Resolução de problemas voltados à acessibilidade e atividades cotidianas, mudar o ponto de vista. Textos reduzidos, construção de esquemas, recursos tecnológicos, experimentos e experimentações com brinquedos e matérias não cortantes e que não gerem risco à saúde física dos/das crianças.

Fazendo uma análise da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), expõe que a lei é um conjunto de dispositivos destinados a assegurar e a promover, em igualdade de condições com as demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social.

2. QUEM SÃO OS PcDs NO AMBIENTE ESCOLAR E SOCIAL?

Os PcDs referem-se à abreviação para “Pessoas com Deficiência” referindo-se às pessoas com deficiências mental, física, sensorial ou intelectual, seja ela adquirida na hora do nascimento ou por intermédio de doenças ou acidentes. Os PcD possuem amparo por lei tanto para seu direito de ir e vir como para condições de trabalhos em empresas ou prefeituras.

São considerados PcD pela Lei 13.146/2015, de acordo com o estatuto:

Pessoas com deficiência são “aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015, p.9)

Em regulamentação da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 passando ao decreto a Lei nº 3298, de 20 de dezembro de 1999 estabelece em seu Art. 4º são consideradas PcDs as que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia

cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)

II - **deficiência auditiva** - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (DB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz.

III - **deficiência visual** - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)

IV - **deficiência mental** – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

a) comunicação;

b) cuidado pessoal;

c) habilidades sociais;

d) utilização dos recursos da comunidade; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)

e) saúde e segurança;

f) habilidades acadêmicas;

g) lazer; e

h) trabalho;

V - **deficiência múltipla** – associação de duas ou mais deficiências.

Enquadram-se também as crianças superdotadas e com altas habilidades.

3. O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA/ESPECIAL

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é resultado de alterações físicas e funcionais do cérebro e está relacionado ao desenvolvimento motor, da linguagem e comportamental. O TEA afeta o comportamento da criança. Os primeiros sinais podem ser notados em bebês nos primeiros meses de vida. (secretaria de saúde de Parana, 2015).

O autista também definido pela sigla TEA é relacionado a um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por: manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. A palavra “Autismo”, deriva do grego “Autos”, que quer dizer: “Voltar-se para si mesmo”.

Segundo SILVA, 2012, p.60 As crianças com TEA precisam aprender a ler o mundo e tem como consequência um conjunto de sintomas, com alteração em três áreas específicas: a socialização, a linguagem e/ou comunicação e o comportamento”.

O autismo é dividido em 3 níveis de desenvolvimento, sendo eles: leve, moderado e severo. O nível 1 – apresenta grande sinal de desenvolvimento na fala podendo até aprender outro idioma com mais facilidade, porém tem dificuldades na comunicação social, tem comportamentos restritos e estereotipados como alinhar os brinquedos, simetrias, cores, andar de ponta de pé. No nível 2 – tem comportamento não verbal, tem dificuldades moderada na comunicação e linguagem funcional e na interação social podendo não se ter contato visual, e que precisam de auxílio na execução de atividades da vida diária. No nível 3 – é a forma mais grave do TEA se comunicar verbalmente, muitos não falam ou não usam muitas palavras para se comunicar. Geralmente, não lidam bem com eventos inesperados, podem ser excessivamente ou pouco sensíveis a determinados estímulos sensoriais e apresentam comportamentos restritivos e repetitivos, como balanço e ecolalia, em alguns casos serem agressivos:

O aluno com autismo é um ser humano que deve ser respeitado em seus limites. Assim sendo, a linguagem adentra todas as áreas de seu desenvolvimento, orientando sua percepção sobre todas as coisas e o mundo no qual está inserido. É pela linguagem que o aluno com autismo, em seu campo de atenção, aprendendo a diferenciar um determinado

objeto de outros existentes, assim como construir ferramentas internas para integrar estas informações. Pela linguagem, também modificará seus processos de memória, deixando de ser engessado por uma ação mecânica de memorização, o que facilitará o desenvolvimento de uma atividade consciente que organiza o que deve ser lembrado. A linguagem proporcionará ao aluno com autismo maior qualidade em seu processo de desenvolvimento da imaginação, ação essa, em geral, tão comprometida em pessoas com a síndrome. (ORRÚ, 2012, p.111)

Após pesquisas do ano de 2013 passou a considerarem a síndrome de Asperger como incluída no TEA, por apresentarem algumas características bem próximas ao nível 1 do autismo. Pacientes com Asperger e nível leve de autismo apresentam dificuldade de se relacionar e de entender situações abstratas, como figuras de linguagem ou gestos. Por exemplo, ao escutar a frase “meu filho é um gatinho”, tanto a pessoa com autismo quanto a com Asperger imaginaria que o filho é um animal (gato). Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM).

(...) Apresentou uma nova classificação dos Transtornos do Desenvolvimento. A versão atual criou a denominação Transtorno do Espectro Autista (TEA), que enquadra a Síndrome de Asperger e o autismo em um mesmo diagnóstico. Dessa forma, o que antes se conhecia como duas desordens separadas passou a pertencer à mesma condição, que abrange um grande espectro de sintomas. (DSM-5)

É importante ressaltar que, apesar de ser conhecido como leve, o autismo destas pessoas não é simples. Pessoas com autismo de nível 1 também podem apresentar comorbidades, distúrbios sensoriais e são as mais capazes de mascarar o transtorno – o que pode gerar crises intensas após o convívio social -, atrasando assim as possibilidades de diagnóstico e acompanhamento adequado.

Nos dias atuais, se prega que todos os locais devem acontecer à inclusão, e em especial o ambiente escolar deve estar preparado para tal. Quando crianças com TEA são matriculas, a escola deve estar em sintonia com a acessibilidade, com formação continuada para os professores, além de ferramentas pedagógicas essenciais para a criança se desenvolver.

O TEA pode se manifestar ate mesmo em bebês, mas o diagnóstico com mais precisão acontece de três a cinco anos de idade, pois são observados vários fatores em longo prazo, pois um diagnóstico não acontece da noite para o dia. É nesta fase que as crianças adentram ao ensino na educação infantil podendo ou não manifestar mais sintomas característicos do transtorno.

Quando o professor titular tem em sala crianças em observações, faz contribuição na produção de um relatório explicativo sobre o comportamento da criança com o intuito de ajudar o neurologista, psicólogo ou psiquiatras a fechar o diagnóstico médico. O TEA se

manifesta com frequência em crianças do sexo masculino, a cada quatro crianças diagnosticadas, três são meninos e apenas uma é menina.

[...] dizia-se estatisticamente, que a síndrome acometia crianças com idade inferior a três anos, com predominância de quatro crianças a cada dez mil nascidas. Manifestava-se, majoritariamente, em indivíduos do sexo masculino, sendo a cada quatro casos confirmados três do sexo masculino e um caso para o feminino (ORRÚ, 2007, p. 23).

As crianças que apresentam o TEA tendem a desenvolver características peculiares, e na sala de aula o professor tem como meta trazer o interesse desta criança para assim aprender, é necessário conhecer as diversas características apresentadas pelo indivíduo para assim, saber como intervir, respeitando seu tempo e trabalhando da melhor maneira possível as suas potencialidades e dificuldades, trabalhando para que a segregação do indivíduo seja descartada totalmente.

(...) Dificuldade de relacionamento com outras pessoas; riso inapropriado; pouco ou nenhum contato visual – não olha nos olhos, aparente insensibilidade à dor – não responde adequadamente a uma situação de dor, preferência pela solidão; modos arredios – busca o isolamento e não procura outras crianças; rotação de objetos – brinca de forma inadequada ou bizarra com os mais variados objetos; inapropriada fixação em objetos; perceptível hiperatividade ou extrema inatividade – muitos precisam de material adaptado; insistência em repetição, resistência à mudança de rotina; não tem real medo do perigo (consciência de situações que envolvam perigo);[...] ecolalia (repete palavras ou frases em lugar da linguagem normal); age como se estivesse surdo - não responde pelo nome (FONSECA, 2014, p. 31).

Segundo (CAVACO, 2014) Compreender o Autismo é abrir as portas para o entendimento do nosso próprio desenvolvimento [...]. Os autistas não são antissociais... Simplesmente não os entendemos devido à nossa incapacidade de nos ajustarmos à diferença, seja ela que tipo for. Devemos desenvolver a conscientização e as atitudes em que somem ao ensino e ao aprender do autista principalmente com recursos pedagógicos.

Desde o ano de 2015 as escolas veem sendo adaptadas a acessibilidade não apenas nas ferramentas e recurso pedagógicos, mas também no meio estrutural, passando a possuir as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Estas salas são as de recursos multifuncionais atendendo ao público: PcD, com transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Nestas salas normalmente são desenvolvidos atividades pertinentes à dificuldade destes alunos ou algum recurso para que seja melhor o entender da proposta do professor de sala.

Concomitantemente, Cunha (2014, p. 101) afirma que,

Não há como falar em inclusão sem mencionar o papel do professor. É necessário que ele tenha condições de trabalhar com a inclusão e na inclusão. Será infrutífero para o educador aprender sobre dificuldades de

aprendizagem e modos de intervenção psicopedagogia se não conseguir incluir o aluno.

Todo professor de ensino deve se ter a preocupação de seguir um currículo inclusivo, visando atender a necessidade e particularidade de todos os alunos. Mas para se ter sucesso tem que haver esse planejamento á inclusão, vejamos pontos essenciais:

1. Presença: sem classes separadas ou outra segregação, se o aluno participa de práticas conjuntas ou separadas de seus colegas, como a frequência desse aluno na escola, o local que esse aluno está inserido, correspondência entre o ano escolar e a idade cronológica.
2. Participação: qualidade de experiências educacionais; tais como o engajamento do aluno em atividades conjuntas.
3. Aceitação: pelos professores, colegas e equipe da escola, ou seja, relação com colegas, professores e demais funcionários da escola, melhores amigos, quem o auxilia, quem ele busca.
4. Aprendizagem: ganhos acadêmicos, emocionais e sociais, por exemplo, como é realizada a avaliação desse aluno, principais recursos e dificuldades, etc. (BOOTH; AINSCOW, 2000 apud KUBASKI, 2013, p. 24)

Para um professor ter progresso na educação deve se somar vários fatores indo da acessibilidade passando pelos recursos e ferramentas pedagógicos, tendo formação continuada, recebendo apoio da gestão e nesta somatória não pode ficar de fora a família, pois desenvolve uma função primordial no ensino. Enquanto a criança passa apenas quatro horas na escola, vinte horas são passadas em casa e o resultado é mais satisfatório quando se tem este elo, tanto no preocupasse, como no ajudar e aceitar as possibilidades.

“incluir é aceitar, é sentir a educação além do contexto físico do espaço sala ou escola, é, sobretudo, uma forma de estar e de ser dos pais, dos docentes e não docentes, das escolas, da sociedade e do mundo em geral. Isto é inclusão” (CAVACO, 2014, p. 36).

Ao aluno é importante que suas atividades e rotinas sejam propostas dentro da própria sala, pois se ocorrer em outro espaço à ideia de inclusão não aconteceu. O professor deve ter a preocupação de acompanhar se o aluno está absorvendo seu conteúdo programático. E na própria sala os colegas interagem juntos enriquecendo habilidades e valores.

Conforme Miranda (2008);

[...] acredita que as interações entre professores e alunos devem aprofundar-se no campo da ação pedagógica. O professor assume um papel muito importante neste processo, pois constrói e conduz o fazer pedagógico de maneira que atenda às necessidades do sujeito aprendente. No fazer docente acreditamos que deve prevalecer a visão humanística, onde a relação professor-aluno seja a base para o desenvolvimento cognitivo e psíquico em sala de aula (p.1).

Segundo a Lei nº 9.394, art. 58, de 20 de dezembro de 1996 assegura que toda criança quando necessita pode se ter a presença de um cuidador na escola. Este profissional tem como função: auxiliar na aprendizagem, higiene, locomoção, alimentação e afins nas necessidades da pessoa com deficiência.

Aos cuidadores é imprescindível a parceria com o professor. Indo da elaboração do plano de aula até a sua exposição na sala, incluindo recursos em que beneficie a pessoa com deficiência. É com parceria e trabalho em equipe que uma escola cria laços fortes de inclusão.

3.1 RECURSOS DIDÁTICOS PARA INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS EM SALA DE AULA

Quando um professor recebe em sua sala uma criança com diagnóstico, cabe a ele ser persuasivo em relação ao atendimento e ensino da criança, o aprender não acontece de forma mágica, é necessário uma série de rotinas na turma, incluindo as atividades para aprender o nome, a pintar, a ir lavar as mãos, a hora do lanche e afins. Crianças com autismo tendem a ter uma rotina de regras e tarefas que quando são quebradas pode ocorrer da criança ficar agitada e/ou estressada ao novo.

Em primeiro da lista o professor deve compreender a deficiência do aluno e disponibilizar materiais de acordo com a necessidade, em exemplo: se o aluno for deficiente visual o material ideal seria em braile, se for um surdo o ideal seria ter a língua brasileira de sinais nas atividades propostas.

Demonstração de mais alguns recursos pedagógicos por (ANA LUIZA, 2022)

- Jogo da memória (para ensinar Libras e língua portuguesa);
- Lousa interativa (para ensinar ciências);
- Robô Arizinho (para ensinar matemática);
- Fogão musical (para ensinar diferentes disciplinas);
- Mapa tátil (para ensinar geografia);
- Painel de votação (para ensinar português e matemática);
- Maquete do paladar (para ensinar ciências);
- Mão articulada (para ensinar ciências);
- Jogo da pirâmide alimentar (para ensinar ciências);
- Pique bandeira de tabuleiro (para ensinar matemática);

O professor em seus recursos pode utilizar objetos concretos ao invés de abstratos, pois crianças autistas e com Asperger não entendem frases em duplo sentido. Ao utilizar os recursos visuais, táteis ou auditivos que explore esses sentidos dos alunos (visão, audição, tato, paladar, olfato) e trazendo objetos para melhor entendimento. Usar os meios tecnológicos tanto para leitura de texto, como para aprender a resolução de cálculos

matemáticos. Também podemos incluir nesta lista o desenhar no quadro referente ao que se pretende que os alunos interpretem, e disponibilizar atividades em diferentes formatos como: imagens, vídeos, áudio, leitura, livros, pinturas, entre outros recursos. E sempre que necessário usar a cartilha do AEE aonde se encontra técnicas ideais para aplicação dos recursos.

3.2 A MÚSICA COMO POTÊNCIA PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A música desde cedo está presente no cotidiano de crianças que adentram a creche ou a escola, ela é a responsável por vários momentos da rotina das aulas. Há músicas para dançar, comer, brincar, parabenizar e até aprender.

A música permite que as crianças autistas explorem sua criatividade e desenvolvam novas ideias para lidar melhor com o ambiente ao seu redor. Alguns autistas possuem a hipersensibilidade auditiva porem a musica ao estar em som e volume agradável ao ambiente, esse publico consegue desenvolver a atividade. Segundo Kelly Gomes (2021)

A música é considerada um meio de expressão não-verbal, isto é, um tipo de linguagem que facilita a comunicação e exteriorização de sentimentos, integra corpo e mente e trabalha razão, técnica e criatividade. Para muitos autistas, o contato com ela é uma maneira de se relacionar com o mundo.

A musicoterapia como é chamada a terapia que usa a musica, pode ser definida como a prática musical com o objetivo de desenvolvimento psíquico, reabilitacional, recreativo ou educacional, sem focar exatamente na produção de sons e sim no bem-estar do indivíduo que se beneficia deste tratamento que é ministrado por um profissional da área. A musicoterapia contribui no desenvolvimento de pacientes com TEA, a musica motiva e pode ser uma tarefa prazerosa, ressaltando que os autistas têm suas limitações e devem ser respeitados.

[...] a vivência musicoterapia proporciona resultados significativos: uma ampliação da percepção do indivíduo autista em relação ao outro, tanto física como sonoramente, quando se proporciona a escuta de algo novo; a diminuição do isolamento a partir do desenvolvimento da interação através dos diversos canais de comunicação: o olhar, o toque e a escuta, com possibilidades de reinserção social; uma elevação da afetividade estabelecendo relações vinculares fraternas (mãe/pai-bebê) positivas e a ressignificação de comportamentos inadequados canalizados ao fazer musical [...] (Bertoluchi, 2011, p.7).

Conclui-se que a musica serve como facilitadora no processo do desenvolver de crianças com transtornos, trazendo interação com o meio e contribuindo no processo de desenvolvimento cognitivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS – RELATOS E VIVÊNCIAS PESSOAIS

Quando conhecermos uma criança inclusiva criamos um laço de confiança e respeito, foi assim que no decorrer deste (s) dois anos trabalhando como cuidadora em uma creche municipal mim tornei a base de algumas crianças. Na minha experiência, atuei com quatro crianças, sendo duas diagnosticadas com autismo nível 2; uma criança com deficiência físico-motora e outra com transtornos de bipolaridade. Atualmente, estou cuidando de um menino diagnosticado no CID- 11 (**Transtorno do Espectro do Autismo com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e Ausência de Linguagem Funcional**), onde o ajuda com as necessidades básicas e com a realização de atividades persistentes as aulas ministradas pela professora principal.

Neste ano (2023), adentrei a sala de aula como professora adjunta na educação infantil sendo um CERU (Centro de Estudos Rurais e Urbanos) no Município de Capistrano, recebendo em uma de minhas salas (infantil IV), três crianças diagnosticadas como autistas - nível 2, porém na turma possui investigação de outras crianças que estão passando pelo neurologista do Município para diagnósticos mais precisos.

Quando resolvi ser cuidadora, estava diante de um desafio onde crianças especiais eram assistidas, nas diversas formas de locomoção, alimentação, higiene, auto cuidado, segurança e inclusão, observando este desafio com mais seriedade e discernimento, pois para a obtenção de conhecimento e aprendizado seria necessário à realização de atividades pertinentes tendo em mente a ação de um plano de inclusão junto com as outras crianças, não excluindo do dia a dia da turma.

Uma das primeiras crianças que comecei a cuidar foi na creche do município de Redenção, o PcD apresentava deficiência física e intelectual, cursando o infantil V, porém como vinha de um tempo pandêmico pouco tinha frequentado a CEI, então já se criou um obstáculo, pois a mãe criou uma resistência para deixar o filho aos cuidados das responsáveis

na creche sem ela. Até mesmo o lanche e higiene eram realizados pela própria mãe, pois fazia questão de estar na hora do intervalo.

A primeira experiência foi desafiadora para conseguirmos o bem estar para a criança. Comecei a conversar e compreender a mamãe, saber de gostos, hábitos, manias e desejos desta criança, por fim consegui obter sua confiança em relação a deixar seu filho aos meus cuidados.

Descobri que ele gostava bastante do Jacaré e da música, porém em um volume, moderado, pois o som muito alto causava desorganização e bastante choro. A classe era bem numerosa em quantidade, e isso já fugia do controle em questão de barulhos. Recordo que ele ganhou um jacaré de e.v.a (é um polímero emborrachado, flexível, com propriedades adesivas e componentes à prova d'água) que permanecia na sua mochila todos os dias, era uma diversão para ele e os coleguinhas.

No início não conseguia realizar nenhuma atividade, porém como ele estava ali pra desenvolver suas habilidades comecei a trabalhar a rasgadura de papel e a colagem, futuramente fazer bolinhas e foi algo bem positivo, pois a ferramenta pedagógica foi obtida com êxito. Com o passar das semanas já consegui interação dele na turma principalmente nas horas dos cantinhos da sala, todos os dias a professora cantava com a turma a música do Jacaré e ele participava claro que como uma criança com limitações estávamos dando o nosso máximo. Neste tempo ele começou a passear pela creche, mas como tinha deficiência física se fez necessário acompanhá-lo para evitar quedas e lesões.

Contudo, com o passar das semanas percebemos que algo não estava na sua normalidade. Um dia ele desmaiou em meus braços e fiquei apavorada, pois não tinha tido um curso específico de primeiros socorros, mas ele retornou aos poucos e ficou bem até sua mãe chegar para buscá-lo. Este acontecimento foi o ponta pé inicial para ele passar vários meses longe da CEI, pois na verdade o desmaio foi uma convulsão e aconteceu outras vezes levando-o a internação.

Seguindo para a segunda experiência faço menção a Paulo Freire (1998) que diz: “A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.” a criança possui um diagnóstico de transtorno de bipolaridade e estava até o momento sob investigação de esquizofrenia, um laudo bem pesado para sua família, pois em casa é bem mais difícil o

convívio. Ela estava cursando o infantil V, ou seja, possuindo a idade de cinco anos. Recordo que foi bem desafiador a adaptação com ela, pois teve vários dias que cheguei em casa chorando dizendo que eu não iria mais, porém no outro dia lá estava. Afirmando em dizer que em determinados momentos era mais fácil o convívio com ela do que com os gestores escolares. Eles proibiram alguns lugares da creche inclusive o parquinho, que era o local que mais a criança desejava estar. Fator que gerava irritação e raiva na criança, tornando-a agressiva com todos ao seu redor (professor, coordenadora e colegas). A única pessoa que ela não depositava sua raiva era eu.

Cito que a criança possui um nível altíssimo de conhecimento. Quando desejava e estava alegre suas atividades eram caprichadas e sempre fazia o que estava proposto se lhe interessasse. Conhecida letras, números, vogais, cores, sabia escrever seu nome.

Quando se desorganizava, ou seja, atingia o nível de estresse ficava extremamente agressiva, jogava mesas ou cadeiras nos colegas, que passaram a ter medo dela. As portas da sala eram bem amassadas por conta de chutes que ela dava, eu sempre tentei tranquilizá-la quando vi que ela podia machucar alguma criança ou a si mesmo. Criei um jeito para ajudá-la a se acalmar novamente, através de algum objeto, ou brinquedo, pra chamar sua atenção e sentar no chão onde ela pudesse ver e se interessar. Um exemplo era pegar um bichinho de pelúcia e ir brincar, ou um lápis pra pintar um desenho. Essas ferramentas sempre mim auxiliavam.

A experiência que tive com a criança contribuiu e muito para a minha formação na educação inclusiva. Percebi que sou capaz de usar instrumentos didáticos e lúdicos que me possibilitem acalmar uma criança em seu nível de estresse.

Com a terceira experiência recebo uma criança de 4 anos de idade e tem em seu laudo o diagnóstico de TEA nível 2 sendo autista não verbal fazendo parte do infantil IV na CEI, sendo as metas da turma conhecer vogal, alfabeto, números e escrever seu nome. A criança ao chegar até aos meus cuidados não reconhecia nenhuma competência dos objetivos da turma, então foi necessário fazer uma rápida intervenção. No primeiro dia de adaptação ele chorava bastante, pois queria sair da sala e ir para onde seu pai trabalhava que era logo em frente à creche. Foram difíceis as primeiras horas, pois nada a vista o acalmava, até que por impulso peguei o celular para olhar a hora, e nesse momento ele olhou para o celular e apontou para a imagem da aranha.

Crianças do sexo masculino tendem a gostar mais de super heróis e dinossauros, como exemplo: Super Mario, Ben 10, Homem Aranha, Batman, dentre outros. Como ferramenta pedagógica elaborei um alfabeto com desenhos do homem aranha, nos detemos aos desenhos, caderno e lápis, em nenhum outro momento usamos mais o celular. O caderno de desenho era repleto com motos, casas, homem aranha, carro, dentre outros desenhos lindos que ele produzia.

Segundo o pensamento de Cristiano Camargo (2015), os Autistas imaturos veem a si mesmos como pequenos e o mundo lá fora como muito grande hostil ameaçador por ser imprevisível, já que o Mundo Interno de Fantasia deles é muito previsível e a previsibilidade é um fator de conforto e segurança para eles.

A criança não falava muitas palavras e deveria ter consultas regulares com a fonoaudióloga. Mas trabalhando com regularidade o ensino das vogais no primeiro mês consegui fazer aprender a escrever, e conseqüentemente, a fazer seu primeiro nome. Algum tempo depois a criança infelizmente, adoeceu apresentando manchas no corpo que foi preciso passar por avaliação médica, o impossibilitando de ir a CEI por quase dois meses sem ir às aulas, tinha revertido tudo o que tinha aprendido neste tempo, por fim não apareceu mais na CEI, tinham se mudado para outra cidade quase no fim do ano letivo. Vejo esta ação como bem prejudicial à criança, pois quebraram todas as rotinas e o tempo de adaptação à escola, professores (as) e as outras crianças.

Diferentemente das outras crianças antes cuidadas por mim, a quarta experiência é a mais nova em idades com apenas três aninhos, sendo do infantil III. Em seu diagnóstico recebe o laudo de autista não verbal nível 2 e está sendo analisada com a hipótese de Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH). A grande maioria dos autistas apresentam certas limitações na ingestão de alimentos principalmente aqueles que contêm leite. Esta criança possui intolerância a lactose então tem um cuidado redobrado, pois ele não pode ver nenhum coleguinha com um lanche na mão ele toma e engole rapidamente. Por não falar nenhuma palavra, seu modo de chamar atenção é por meio de pegar na mão e levar até o que ele deseja. Sempre gosta de estar em movimento, no início do bimestre amava tá passeando pela escola em todos os horários, principalmente, no parquinho, algo necessário a se trabalhar.

A criança é bem assistida pelo professor titular, suas tarefas e atividades são adaptadas, porém ainda não se tem muita interação nas resolutiva. Com o passar dos dias comecei analisar uma ferramenta pedagógica que pudesse dar algum resultado, encontrei 2 que estou desenvolvendo. Sendo a primeira, toda vez que preciso de foco dela, o sento no meu colo, assim consigo sua atenção. A segunda, que ele faça rabisco e círculos no quadro branco com um pincel, já que no caderno ou folha não obtivemos resultado tão grandes. A cada dia que passo mais aprendo sobre a criança, estou com ele há 5 meses ate o momento, e mim sinto confortável para apoiá-lo, cuidar e ajudar no seu desenvolvimento e conhecimento de mundo.

Concluindo o pensamento, que a inclusão é fundamental não apenas para os portadores do transtorno, mas também para os demais alunos, é preciso promover o convívio de todos em um ambiente diverso, enquanto a educação especial garantiu a visibilidade ao currículo escola, a educação inclusiva faz a união em todos os indivíduos para assim ter sucesso no ensino e aprendizado.

5- REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 5.692, de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e da outras providencias. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 de ago. 1971.

BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. Série Livro. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dez.1996.

BRASIL. Câmara dos Deputados, Legislação Informatizada – Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html/>. Acesso em: 06 set. 2015

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em. Acesso em: 18 jun. 2015

Parecer 17/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em. Acesso em: 8 jun. 2015.

CARVALHO, R. E ET al. **Salto para o futuro.** Educação especial: Tendências atuais. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação à distância. Brasil em ação, 1999.

CAVACO, N. **Minha criança é diferente?** Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

CRUZ, D. L. **Um autista muito especial.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

CUNHA, E. **Autismo na escola:** um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas. 2ª ed. RJ: Wak Editora, 2013.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão:** psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 5ª ed. RJ: Wak Ed., 2014.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre os Princípios, Políticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 10 junho, 1994. Disponível em: . Acesso em: 18 jun. 2015.

Estatuto da criança e do adolescente (1990). Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1990. 3. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2012.

FÁVERO, E. A. G. **Direito das pessoas com deficiência:** garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

FONSECA, B. **Mediação escolar e autismo:** a prática pedagógica intermediada na sala de aula. RJ: Wak Editora, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAUDERER, C. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento:** Guia Prático para profissionais e pais. 2ª ed. Revista e ampliada, RJ: Ed. Revinter, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GÓMEZ, A. M. S., TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e autismo.** Cultural, S.A, 2014.

HERNÁNDEZ, F., SANCHO, J. M. A Formação a partir da experiência vivida. **Pátio revista pedagógica,** Porto Alegre, ano 10, nº 40, novembro 2006/ janeiro 2007. Trimestral.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº9.394/96, de 20 de dezembro de 1996). Disponível em: . Acesso em: 18 jun. 2015.

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 17 nov. 2015.

LIMA, M.C. **Monografia:** a engenharia da produção acadêmica. 2 ed.ver. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2008.

LIMA, P.A. **Educação inclusiva e igualdade social.** São Paulo: Avercamp, 2006.

LUSTOSA, Francisca Geny; FIGUEIREDO; Rita Vieira de. Inclusão, olhar que ensina!: A construção de práticas pedagógicas de atenção às diferenças. Fortaleza: Edições UFC, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/61678/1/2021_liv_fglustosa.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

MACHADO, R. **Educação especial na escola inclusiva:** políticas, paradigmas e práticas. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2009. – (Escola inclusiva, o desafio das diferenças).

MANTOAN, M. T. E. **Igualdade e diferenças na escola:** como andar no fio da navalha. In: MANTOAN, M.T.E & PRIETO, R.G, ARANTES, V. A (org.). Inclusão escolar: Pontos e Contrapontos. São Paulo: Summus, 2006. Capítulo I, 15 – 29.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E.M. **Metodologia Científica.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTÍNEZ, A. M. Criatividade no Trabalho Pedagógico e Criatividade na aprendizagem: Uma realidade necessária? In: TACCA, M.C.V.R. (org.). **Aprendizagem e Trabalho pedagógico.** Campinas. SP: Alínea, 1997.

MANTOAN, Égler Maria Teresa; LANUTI, Evangelista de Oliveira José Eduardo (org.). Todos pela inclusão escolar: dos fundamentos às práticas. Curitiba: CRV, 2021.

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

Ministério da Educação. Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnpd/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17430-programa-implantacao-de-sala-de-recursos-multifuncionais-novo/>. Acesso em: 05 dez. 2015.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Ed. ArtMed, 2003.

MONTE, F. R. F., SANTOS, I. B. **Saberes e práticas da inclusão:** dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

ORRÚ, S.E. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007.

Parecer 17/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: . Acesso em: 8 jun. 2015.

PRIETO, R.G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil**. In: MANTOAN, M.T.E & PRIETO, R.G, ARANTES, V. A (org). **Inclusão escolar: Pontos e Contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006. Capítulo 2, 31 – 69.

SACKS, O.W. **Tempo de despertar**. Companhia das letras: São Paulo 1997.

_____. **Um antropólogo em Marte**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

SAMPAIO, Tânia M.M. **O não verbal na comunicação pedagógica** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

SALLE, E., SUKIENNIK, P.E, SALLE, A.G, ONÓFRIO, R.F, ZUCHI, A. **Autismo Infantil – Sinais e sintomas**. In: CAMARGOS Jr, W. e colaboradores.

SCHWARTZMAN, J.S. **Autismo infantil**. São Paulo: Memnon, 2003.

SALVADOR, N. **Autistas...Os pequenos nada**s. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

SANTOS, J. I. F. **Educação especial: inclusão escolar da criança**. São Paulo: All Print, 2010

TUSTIN, F. **Estados autísticos em crianças**. Rio de Janeiro: Imago, 1984.

VIANA, Flávia Roldan; GOMES, Adriana Leite Limaverde. A Autorregulação por estudantes com deficiência intelectual. Natal: SEDIS-UFRN, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/32737/1/Autorregulacao_deficiencia_intelectual_VIANA_2021.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023